

# Impasse e responsabilidade do Congresso

O País estará diante de grave ameaça se o Congresso, a começar pelo próprio partido situacionista, não estiver disposto a estudar, em colaboração com o governo, uma solução alternativa para a nova lei salarial incluída no Decreto-Lei nº 2.045. Com efeito, se o Congresso não assumir suas responsabilidades, caberá ao governo tomar a iniciativa de baixar novo decreto-lei, praticamente igual ao atual, que será a seguir substituído por outro na véspera da sua rejeição pelo Congresso. Com isso, será prolongada a incerteza que põe em risco o conceito que os credores têm do Brasil, o que certamente não contribuirá para tirar o País da grave recessão em que mergulhou.

Este é o momento de o Congresso assumir claramente suas responsabilidades, em lugar de se esconder atrás de um sistema que o coloca à mercê do Executivo e o marginaliza. Tal responsabilidade cabe ao PDS em primeiro lugar, mas também à oposição, desde que chamada a participar do processo de democratização da política econômica. O que se vê hoje, porém, não passa de um

leilão demagógico destinado a conquistar votos dos eleitores.

Diante de um decreto-lei nitidamente condenável por representar apenas uma peça de uma estrutura comprometida pelo desgaste, um grupo de 11 personalidades do PDS elaborou um texto que propõe um processo de ajustamento coordenado e harmonioso, em que a política salarial figura tão-somente como um dos componentes do mecanismo. A bancada federal do PDS, ao examinar o programa sugerido pelo Grupo dos 11, que certamente pode ser discutido e aperfeiçoado, interessou-se apenas pelo capítulo da lei salarial que mantém, com muito maior flexibilidade, dando-lhe nova perspectiva, o Decreto-Lei nº 2.045. Partindo dessa visão claramente eleitoreira, a maioria recusou-se a examinar, em profundidade, o documento do grupo.

Nunca escondemos nossas críticas ao decreto-lei; sempre defendemos a adoção de um sistema que permitisse a livre negociação com a intervenção, em última instância, da disciplina imposta pela Justiça do Trabalho, desde que as partes não

chegassem a acordo. Mas nossa crítica principal reside no fato de que ao governo preocupa apenas a política salarial, que por ser justamente a peça quase única do programa de ajustamento pode tornar-se inaceitável, caso a inflação não diminua. Isso não significa que não caiba ao mentor da política econômica incluir a política salarial no quadro mais amplo de uma política de ajustamento, visto representarem os salários cerca de 60% da renda disponível.

A desindexação pedida pelo governo para os salários encontra justificativas e até se torna necessária, desde que tenha um caráter provisório e especialmente faça parte de um conjunto de medidas que permitam a queda da inflação. Poucos membros do Congresso procuram entender a diferença entre salário nominal e salário real, o que os convenceria de que a desindexação pode representar um aumento da remuneração real.

Todos os países incluíram na sua política de reajuste cláusulas relativas à desindexação dos salários. Por essa razão, podemos entender que os credores do País nela insistam como

exigência absoluta, cabendo-nos agir para que esta não venha a representar perda do poder aquisitivo da população.

Ao adotar uma posição de mera recusa, o Congresso abdica das suas prerrogativas e leva o governo a fazer-lhe novamente as vezes. No entanto, deve saber que a recusa é também uma opção que o obrigará a assumir o ônus de uma política que poderá conduzir o Brasil à mais terrível recessão da sua história, por falta de créditos externos, provocando consequências sociais e políticas de extrema gravidade.

O Congresso, especialmente o PDS, deve levar em conta que a proposta dos 11 é uma sugestão de parlamentares e não uma imposição do Executivo. Deve ter presente que não basta ser contra pelo desejo de sê-lo ou de aparentar bom-mocismo, mas que se impõe dizer as razões dessa atitude e apresentar as soluções alternativas. O que não é possível, neste momento delicado, é fazer cara feia para sugestões arduamente elaboradas, dizer-lhes não e não pretender assumir responsabilidades pela crise.